



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 5ª REGIÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. JUSTIFICATIVA DO PEDIDO

O uso da medição de Software pelo método da Análise de Pontos de Função – APF - vem se tornando padrão na área de TI do Governo Federal, tendo seu primeiro roteiro de métricas publicado em 29 de novembro de 2010 pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Chama-se **Roteiro de Métricas do SISP**, e hoje, encontra-se na sua versão 2.3, publicada em 2018.

É importante ressaltar que a Instrução Normativa SLTI/MP N° 4, de 11 de setembro de 2014, recomenda o uso de métricas em contratos de projetos de software, restringindo o uso da métrica de esforço homem-hora.

O *Counting Practice Manual* – CPM, é o manual de práticas de contagem do *International Function Point Users Group* – IFPUG¹, instituição Norte-Americana responsável pelas revisões e atualizações da técnica de medição funcional.

Todavia, para ter-se acesso ao sítio do IFPUG, com suas atualizações e avisos sobre congressos e artigos de forma regular e contínua, além de manter válida a certificação dos servidores pela respectiva instituição, necessário se faz a renovação anual da filiação do Tribunal Regional Federal da 5ª Região ao IFPUG[1].

O IFPUG é uma instituição sem fins lucrativos, gerenciado pelos seus próprios membros e que mantém o Manual de Práticas de Contagem, reconhecido como padrão de indústria para a Análise de Pontos de Função.

No caso específico do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, citamos as seguintes situações que envolvem a aplicação desta técnica:

- Uso da quantidade de pontos de função como principal insumo para derivação de indicadores de custo e prazo de entrega de Projetos de softwares;
- Renovação de contratos com as empresas de Software contratadas usando a métrica de pontos de função em contraposição ao homem-hora;
- Orientação da empresa para a certificação em Análise de Pontos de Função de profissionais responsáveis pelas contagens de pontos de função.

Ademais, além das questões técnicas apontadas acima, a filiação do TRF5 ao IFPUG, como o é atualmente, vem lhe proporcionando os seguintes benefícios:

- Em relação aos servidores especialistas certificados com o título CFPS - *Certified Function Point Specialist*, após processo de aprovação através de prova, a filiação anual é condição inerente para manterem-se com o referido título, cuja duração é anual.
- Os servidores CFPS estão aptos a exercerem a fiscalização das medições dos tamanhos dos softwares desenvolvidos e mantidos pelas empresas terceirizadas, e inclusive temos argumentado com consultores especializados dos clientes do TRF5, garantindo a correta aplicação dos gastos públicos nas atividades de T. I.
- Os servidores CFPS estão aptos a desenvolver cláusulas sobre medição nos Contratos de T.I., de acordo com os itens do Guia de Contagem desenvolvido e mantido pelos profissionais da S.T.I.- TRF5 e disponibilizado para todo o Judiciário brasileiro.
- Acesso a artigos atualizados de forma gratuita para os filiados
- Acesso às atualizações das versões do Manual de Práticas de Contagem, bem como às do SISP, mantendo os servidores do Governo Federal em sintonia com o mercado brasileiro de APF.
- Descontos em eventos, congressos e artigos lançados pelo IFPUG, como o atual artigo sobre medição funcional aplicada ao SCRUM - diretivas gerais. E acesso a muitos artigos de forma gratuita para os seus filiados.
- Oportunidade de interagir com o *local IFPUG Chapter* [\[2\]](#) de modo a trocar idéias, compartilhar experiências e aprender novas técnicas.

No entanto, para que estas situações sejam plenamente atendidas é necessário o acesso às documentações oficiais, legalizadas e atualizadas que regem a aplicação desta técnica, **as quais são acessadas somente na condição de filiado ao IFPUG.**

1. Devido à importância cada vez maior em capacitação dos servidores para garantir a fiscalização e economia dos serviços públicos, fornecidos por meio de contratos administrativos, é fundamental que o TRF5 tenha o necessário e contínuo apoio neste sentido. Portanto, a presente solicitação de contratação trata da renovação de filiação do Tribunal Regional Federal da 5ª Região junto ao IFPUG, como membro regular corporativo.

2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação dos serviços de renovação de filiação corporativa do TRF da 5ª Região junto ao *Grupo Internacional de Pontos de Função - IFPUG*, entidade internacional sem fins lucrativos cuja finalidade é promover um melhor gerenciamento dos processos de desenvolvimento e manutenção de software através do uso da Análise de Pontos por Função, seguindo o padrão CPM – *Manual de Práticas de Contagem*, mantido pelo próprio grupo.

3. CARACTERÍSTICAS DO OBJETO

3.1 - Contratação dos serviços de renovação de filiação do TRF da 5ª Região junto ao IFPUG como membro regular corporativo.

3.2 - A filiação corporativa será efetivada através do e-mail de confirmação enviado pelo IFPUG com o *login* e *senha* dos dois servidores designados para representar a instituição na área de Métricas de Software, para acesso à área reservada no sítio do IFPUG.

3.3 – A prestação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, deverá ser concluída no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço e da respectiva Nota de Empenho por parte da contratada.

4. REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO

Execução indireta e única dos serviços a serem contratados.

5. DO PREÇO E DA FONTE DOS RECURSOS

Será considerado, para efeito de apresentação da proposta comercial e pagamento da fatura, o valor *em real*.

6. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES A SEREM EXIGIDAS DA EMPRESA A SER CONTRATADA

6.1. Iniciar a prestação do serviço de acordo com o prazo informado na proposta.

6.2. Responder pelos danos causados diretamente ao TRF da 5ª Região ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo TRF da 5ª Região.

6.3. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços, ainda que no recinto do TRF da 5ª Região.

6.4. Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços, inclusive com o pagamento de taxas para conversão do câmbio.

6.5. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço.

7. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Prestar as informações e os esclarecimentos à contratada, necessários à execução dos serviços.

7.2 Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

7.3 Efetuar o pagamento da(s) fatura(s), após sua liquidação.

8. PAGAMENTO

O pagamento se dará após a apresentação, pela contratada, do comprovante de filiação através dos documentos on-line listados no item 3.2.

O Tribunal terá até 5 (cinco) dias úteis para proceder ao pagamento da(s) fatura(s) apresentada(s) após o atesto pela unidade técnica responsável.

9. PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Pela inexecução total ou parcial dos serviços previstos neste Termo de Referência, pela execução desses serviços em desacordo com o estabelecido neste termo, ou pelo descumprimento das obrigações contratuais, o Tribunal pode, garantida a prévia defesa, e observada a gravidade da ocorrência, aplicar à contratada as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa:

1) 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor total contratado;

2) multa de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor total contratado no caso do atraso, a que se refere à alínea anterior, seja igual ou superior a 15(quinze) dias;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos casos do licitante não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

10. FISCALIZAÇÃO E INDICAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO

Os serviços serão acompanhados, fiscalizados, atestados e recebidos pela Subsecretaria de Tecnologia da Informação deste Tribunal, que indica, desde já, a servidora Claudia da Costa Coutinho Salgues, matrícula 593, como gestora da contratação.

[1] Endereço eletrônico: www.ifpug.org

[2] Brazilian Function Point Users Group (www.bfpug.com.br).



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA DA COSTA COUTINHO SALGUES**, SUPERVISOR(A), em 18/05/2023, às 15:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LAUREANO DE LYRA MONTARROYOS FILHO**, DIRETOR DA DIRETORIA DE SISTEMAS E INOVAÇÃO, em 23/05/2023, às 09:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3521959** e o código CRC **655E6A00**.